



Prefeitura de Conceição da Aparecida- MG Guarda Civil Municipal

LÍNGUA PORTUGUESA

Análise e Interpretação de Textos: Compreensão global, ideias principais e secundárias	1
Significados e substituição de palavras e expressões	5
Alfabeto: Ordem alfabética, reconhecimento de vogais e consoantes	
Morfologia: Classificação e substituição de substantivos, adjetivos e pronomes	12
Acentuação Gráfica	
Ortografia: Emprego de maiúsculas e minúsculas, grafia de palavras com: H, CH, X, SC, C, Ç, SS, S, Z, G, J, R, RR, NR, LR, M antes de P e B, N antes de outras consoantes, uso de AU e AL, prefixos IM e IN, palavras com U, palavras com consoantes mudas, palavras com E e I com frequentes erros de escrita e pronúncia, palavras com QUE e QUI, outras regras básicas de ortografia	
Pontuação: Ponto final, ponto de exclamação, ponto de interrogação, ponto e vírgula, dois pontos, reticências, travessão, parênteses, aspas e vírgula	40
Questões	45
Gabarito	54
MATEMÁTICA	
Numeração Decimal e Romana: Reconhecimento e representação	1
Números Ordinais	4
Números Naturais. Fracionários e Decimais: Leitura, escrita, equivalência, comparação, ordenação, simplificação, redução, frações, conversão entre fração e decimal e representação na reta numérica	6
Múltiplos, divisibilidade, MMC e MDC	21
Operações básicas	26
Numerais multiplicativos: dúzia, milhar	31
Expressões numéricas	32
Porcentagem	33
Grandezas e Medidas: comprimento, capacidade, massa, tempo, temperatura e área	35
Geometria: Figuras planas, figuras espaciais, perímetro e área	42





Sistema Monetário: Reconhecimento, operações, comparação e equivalências, operações de compra e venda	55
Aplicação Prática: Resolução de problemas matemáticos em diversos contextos Questões	69
Gabarito	77
CONHECIMENTOS GERAIS	
Tópicos relevantes e/ou atuais, suas inter-relações e vinculações históricas, nas áreas de: Segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, saúde, cultura, tecnologia, energia, relações internacionais, meio ambiente, desenvolvimento sustentável e ecologia	1
Serviço Público: Ética e serviço público	99
Segurança do trabalho, higiene e organização	
Questões	
Gabarito	117
LEGISLAÇÃO	
Normas Legais: - BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil; Art. 1º a 69	1
Art. 76 a 92	56
Art. 101 e 102	
Art. 127 a 129	
Conceição da Aparecida/MG: Lei Orgânica do Município	
Questões	
Gabarito	132
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	
Vigilância: Conceitos. Área de Guarda. Integridade Patrimonial e das Pessoas. Vigilância em Geral	1
Regras básicas para o vigilante	2
Segurança Física de Instalações. Medidas de Segurança Estáticas. Medidas de Segurança Dinâmicas	3
Postos Fixos	5
Rondas	5
Inspeções	6
Pontos Estratégicos de Segurança. Pontos Vulneráveis ou de Riscos	7





Proteção de Entradas não Permitidas. Barreiras. Controle de Entradas Permitidas. Controle do Acesso de Pessoas. Controle do acesso de materiais. Entrada e Saída de	
Materiais. Controle de acesso de Veículos	8
Prevenção de Sabotagem	11
Sigilo Profissional	11
Plano de Segurança	11
Emergência e Evento Crítico: Roubo, Tumulto e Pânico. Evacuação do Local. Planos Emergenciais	13
Explosivos. Detecção de Artefatos e Objetos Suspeitos	14
Prevenção e Combate a Incêndio: Teoria do fogo. Propagação e dinâmica do fogo. Classes de incêndio. Prevenção de incêndio. Prioridades táticas numa emergência de incêndio. Estratégias de combate a incêndio. Métodos de extinção do fogo. Agentes extintores (características, aplicações e capacidade extintora). Procedimento em Caso de Emergência	
Primeiros Socorros em Incidentes.	18
Segurança no Trabalho: prevenção de acidentes e aspectos gerais da segurança indi-	
vidual e coletivas	25
Ambiente de trabalho: Organização. Destinação e descarte de resíduos	32
Relações Humanas no Trabalho: Comunicação, relacionamento interpessoal	33
Comportamento individual e em grupo, normas de conduta no ambiente de trabalho	38
Trabalho em equipe	
Atendimento ao público	
Normas Legais: - BRASIL. Lei nº 9.503/1997 - Código de Trânsito Brasileiro	
BRASIL. Resoluções do Contran	147
Questões	147
Gaharito	153







Língua Portuguesa

Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



"A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas."

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.
- (B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.





Matemática

A numeração é o sistema ou processo que utilizamos para representar números. Ela é uma construção cultural e histórica que permite aos seres humanos quantificar, ordenar e calcular. Ao longo da história, diversas civilizações desenvolveram seus próprios sistemas de numeração, muitos dos quais têm influenciado os métodos que usamos hoje.

SISTEMA DE NUMERAÇÃO DECIMAL

O sistema de numeração decimal é de base 10, ou seja utiliza 10 algarismos (símbolos) diferentes para representar todos os números.

Formado pelos algarismos 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, é um sistema posicional, ou seja, a posição do algarismo no número modifica o seu valor.

É o sistema de numeração que nós usamos. Ele foi concebido pelos hindus e divulgado no ocidente pelos árabes, por isso, é também chamado de «sistema de numeração indo-arábico».

HINDU 300 a.C	-	=	Ξ	¥	ァ	6	7	5	?	
HINDU 500 d.C	7	7	ઢ	४	¥	(7	^	9	0
ÁRABE 900 d.C	1	۲	۳	٤	0	7	٧	٨	9	0
ÁRABE (ESPANHA) 1000 d.C	1	ح	નૃ	ょ	भ	لم	7	8	9	0
ITALIANO 1400 d.C	1	2	3	4	4	6	7	8	9	0
ATUAL	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0

Evolução do sistema de numeração decimal

Características

- Possui símbolos diferentes para representar quantidades de 1 a 9 e um símbolo para representar a ausência de quantidade (zero).
 - Como é um sistema posicional, mesmo tendo poucos símbolos, é possível representar todos os números.
 - As quantidades são agrupadas de 10 em 10, e recebem as seguintes denominações:
 - 10 unidades = 1 dezena
 - 10 dezenas = 1 centena
 - 10 centenas = 1 unidade de milhar, e assim por diante





Conhecimentos Gerais

BRASIL

HISTÓRIA DO BRASIL

Na História do Brasil, estão relacionados todos os assuntos referentes à história do país. Sendo assim, o estudo e o ensino de História do Brasil abordam acontecimentos que se passaram no espaço geográfico brasileiro ou que interferiram diretamente em nosso país.

Portanto, os povos pré-colombianos que habitavam o território que hoje corresponde ao Brasil antes da chegada dos portugueses fazem parte da história de nosso país. Isso é importante de ser mencionado porque muitas pessoas consideram que a história brasileira iniciou-se com a chegada dos portugueses, em 1500.

Nossa história é marcada pela diversidade em sua formação, decorrente dos muitos povos que aqui chegaram para desbravar e conquistar nossas terras.

Esse processo de colonização e formação de uma nova sociedade se deu através de muitos movimentos e manifestações, sempre envolvendo interesses e aspectos sociais, políticos e econômicos.

Movimentos esses que estão entrelaçados entre si, em função dos fatores que os originavam e dos interesses que por traz deles se apresentavam.

Diante disso, faremos uma abordagem sobre nossa história, desde o tempo da colonização portuguesa, até os dias de hoje, abordando os movimentos que ao longo do tempo foram tecendo as condições para que nosso Brasil apresente hoje essas características políticas-sócio-economicas.

Embora os portugueses tenham chegado ao Brasil em 1500, o processo de colonização do nosso país teve início somente em 1530. Nestes trinta primeiros anos, os portugueses enviaram para as terras brasileiras algumas expedições com objetivos de reconhecimento territorial e construção de feitorais para a exploração do pau-brasil. Estes primeiros portugueses que vieram para cá circularam apenas em territórios litorâneos. Ficavam alguns dias ou meses e logo retornavam para Portugal. Como não construíram residências, ou seja, não se fixaram no território, não houve colonização nesta época.

Neste período também ocorreram os primeiros contatos com os indígenas que habitavam o território brasileiro. Os portugueses começaram a usar a mão-de-obra indígena na exploração do pau-brasil. Em troca, ofereciam objetos de pequeno valor que fascinavam os nativos como, por exemplo, espelhos, apitos, chocalhos, etc.

O início da colonização

Preocupado com a possibilidade real de invasão do Brasil por outras nações (holandeses, ingleses e franceses), o rei de Portugal Dom João III, que ficou conhecido como "o Colonizador", resolveu enviar ao Brasil, em 1530, a primeira expedição com o objetivo de colonizar o litoral brasileiro. Povoando, protegendo e desenvolvendo a colônia, seria mais difícil de perdê-la para outros países. Assim, chegou ao Brasil a expedição chefiada por Martim Afonso de Souza com as funções de estabelecer núcleos de povoamento no litoral, explorar metais preciosos e proteger o território de invasores. Teve início assim a efetiva colonização do Brasil.

Nomeado capitão-mor pelo rei, cabia também à Martim Afonso de Souza nomear funcionários e distribuir sesmarias (lotes de terras) à portugueses que quisessem participar deste novo empreendimento português.

A colonização do Brasil teve início em 1530 e passou por fases (ciclos) relacionadas à exploração, produção e comercialização de um determinado produto.

Vale ressaltar que a colonização do Brasil não foi pacífica, pois teve como características principais a exploração territorial, uso de mão-de-obra escrava (indígena e africana), utilização de violência para conter movimentos sociais e apropriação de terras indígenas.





Legislação

FORMA, SISTEMA E FUNDAMENTOS DA REPÚBLICA

- Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

- Princípio Federativo

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

- Princípio Republicano

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

- Princípio do Estado Democrático de Direito

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

- Princípio da Soberania Popular

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que "Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição".

- Princípio da Separação dos Poderes

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejamos abaixo, os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui - se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I a soberania;
- II a cidadania
- III a dignidade da pessoa humana;
- IV os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)
- V o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.





Conhecimentos Específicos

VIGILÂNCIA: CONCEITOS

A Vigilância refere-se ao monitoramento atento e constante de um espaço, situação ou pessoa, com o objetivo de garantir segurança e prevenção de incidentes.

É uma prática fundamental em segurança pública e privada, englobando várias técnicas e tecnologias para observar, detectar e responder a atividades suspeitas ou perigosas.

Área de guarda

Área de guarda é uma zona específica onde a vigilância é intensificada para proteger pessoas, bens ou informações sensíveis.

Essa área pode incluir locais como instalações militares, edifícios governamentais, empresas privadas, residências, e eventos públicos.

A vigilância em uma área de guarda pode envolver uma combinação de guardas de segurança, câmeras de vigilância, alarmes e outros dispositivos de segurança.

Integridade patrimonial e das pessoas

Integridade patrimonial refere-se à proteção de bens materiais e ativos contra danos, perda, roubo ou vandalismo. Isso inclui imóveis, veículos, equipamentos e outros bens valiosos.

Já a integridade das pessoas diz respeito à proteção física e emocional dos indivíduos, garantindo que estejam seguros contra ameaças como agressões, sequestros e outros perigos.

Vigilância em geral

Vigilância em geral pode ser classificada em diferentes tipos, dependendo do contexto e das necessidades específicas:

- Vigilância Eletrônica: Utiliza dispositivos tecnológicos como câmeras de segurança (CCTV), sensores de movimento, alarmes e sistemas de controle de acesso para monitorar áreas e detectar atividades suspeitas.
- Vigilância Física: Envolve a presença de guardas de segurança que patrulham e monitoram áreas específicas, observando e respondendo a qualquer atividade suspeita.
- **Vigilância Pessoal:** Pode incluir guarda-costas ou segurança pessoal para proteger indivíduos específicos de ameaças.
- Vigilância Cibernética: Foca na proteção de sistemas de informação e redes contra ataques cibernéticos, monitorando atividades online para prevenir invasões e violações de dados.
- Vigilância Social: Relaciona-se ao monitoramento de comportamentos e atividades dentro de uma comunidade ou sociedade, frequentemente utilizada por órgãos governamentais para manter a ordem pública e prevenir crimes.

As práticas de vigilância são cruciais para garantir a segurança e a proteção tanto de propriedades quanto de pessoas em diversos contextos.